

O EXTERMÍNIO DA CRIATIVIDADE E DA INOVAÇÃO

Tibor Rabóczkay

Professor titular aposentado do IQ-USP
trabocka@usp.br



Além de bloquear o avanço da ciência, o produtivismo significa um atentado contra a liberdade de pesquisa científica — qualidade de uma universidade que se preze como tal e atributo essencial da liberdade acadêmica, sobretudo em universidades públicas. Qualquer pesquisa realmente criativa, inovadora ou revolucionária se inicia com muita incerteza quanto à viabilidade e ao sucesso. Porém, diante da urgência de se ter artigos citados, os cientistas são induzidos a trabalhar em assuntos da moda. E quem “só” se dedica às aulas é carimbado como improdutivo

O produtivismo, que assola as universidades em geral e a USP em particular, extermina a criatividade e a inovação. Diante da urgência de se ter artigos citados, os cientistas são induzidos a trabalhar em assuntos da moda. Qualquer pesquisa realmente criativa, inovadora ou revolucionária se inicia com muita incerteza quanto à viabilidade e ao sucesso. E se bem-sucedido e se vencesse todas as dificuldades de publicação, levaria meses ou anos para ser descoberto, atrair outros pesquisadores para o tema, e seu autor enfrentaria muitas dificuldades para obter financiamento, supondo que conseguisse manter o emprego, pois seu “Índice h” — o índice empregado para medir o número de citações, o impacto do artigo — seria baixo.

Desse modo, o produtivismo, além de bloquear o avanço da ciência, significa um atentado contra a liberdade de pesquisa científica — qualidade de uma universidade que se preze como tal e atributo essencial da liberdade acadêmica. Sobretudo em universidades públicas, pois essas são as únicas instituições que possibilitam e, portanto, devem permitir, a busca do conhecimento pelo conhecimento em si. Sem excluir o conhecimento como solução de um problema real que exista, pois a universidade deve dar lugar para que seus participantes, docentes, pesquisadores, docentes-pesquisadores exerçam plenamente seus talentos

em benefício da ciência, dos estudantes, do setor produtivo e da sociedade. Quem preferir o ensino, fique com o ensino; quem preferir explorar áreas desconhecidas, faça pesquisa “pura”; aquele de visão mais prática possa trabalhar na aplicação tecnológica do conhecimento. Essa diversidade é a essência da atividade universitária pública. Diretrizes e metas impostas por personalidades e instituições burocráticas geram mediocridade e não méritos.

Ignorar isso leva a absurdos como a publicação em 1988, num diário da cidade de São Paulo, de uma lista de professores “improdutivos” da USP. O documento, elaborado a pedido do então reitor José Goldemberg, de algum modo vazou ou foi vazado para a imprensa. Continha os nomes de professores da universidade que nos dois anos anteriores não teriam publicado nada. Isto é, o docente que nesses anos se dedicou “somente” a dar aulas foi considerado improdutivo — numa instituição de ensino superior! Repetindo para o atônito leitor: fora elaborada e tornada pública uma lista que considerava ministrar apenas cursos, dar aulas, uma atividade improdutivo. Se o carimbo de “improdutivo” veio da Reitoria ou da imprensa, pouca importância tem diante do estrago feito. Pois não só arranhou a imagem da instituição, mas deu origem a uma sequência de

eventos de consequências nefastas para a universidade.

Percebida a gafe, em entrevista constante do livro *USP 70 anos* o reitor tentou dar um significado nobre à elaboração da lista. A meu ver, explicação malsucedida, visto que continuaram circulando comentários de que o objetivo teria sido eliminar um rival do concorrente preferido pelo grupo do Magnífico para sucessão.

O produtivismo não é um fenômeno exclusivo das universidades brasileiras. A expressão *publish or perish*, que com o produtivismo se tornou um comando, surgiu nos anos vinte do século passado, não se conhece a origem exata, possivelmente como uma sugestão, um incentivo aos acadêmicos que tendessem a se isolar em suas torres de marfim, para que publicassem, levassem o conhecimento conquistado aos seus colegas e, possivelmente, à sociedade. Não demorou muito tempo, porém, que adquirisse a natureza de palavra de ordem e desabrochasse em variantes como “*publish in English or perish*”, “*publish and perish*”, e outras.

A obsessão pela quantidade em detrimento da qualidade levou a algumas situações esdrúxulas. Surgiram problemas éticos. Aumentou o número de fraudes como a invenção de dados e o plágio. Detectar resultados fictícios não é fácil, apesar da suposição

Não demorou muito para que “publish or perish” se tornasse uma palavra de ordem — e surgissem variantes como “publish in English or perish”.

A obsessão pela quantidade em desfavor da qualidade criou situações esdrúxulas — como a repetição de experimentos alheios

de que os cientistas sempre podem repetir experimentos de colegas.

Como apontam Broad e Wade em *Betrayers of the Truth – Fraud and Deceit in the Halls of Science (Traidores da verdade – Fraude e enganação nos salões da Ciência*; Touchstone, 1983), com a pressão para publicar poucos “perdem” tempo, repetindo experimentos alheios. Isto é, a propalada autocorreção da ciência na prática não existe.

“A qualidade dos artigos é medida pelo número de citações nos periódicos de maior prestígio”, enunciam os adeptos da ciencimetria. Mas, já em meados da segunda metade do século passado, Derek de Solla Price alertava que “ao longo do curso de proliferação de revistas científicas tornou-se evidente, por volta de 1830, que o processo havia alcançado um ponto absurdo: cientista algum podia ler todos os periódicos ou manter-se suficientemente a par de todos os trabalhos publicados que tivessem relevância para seus próprios estudos” (*A Ciência desde a Babilônia*, Itatiaia/Edusp, 1976, p. 146). Terá de Solla Price de cem anos errado a data? Pouco importa, pois mesmo que a informação valesse apenas para o ano da edição de seu livro, a conclusão seria a mesma. Ainda que consideremos as facilidades eletrônicas, permanece a impossibilidade de acompanhamento completo

e detalhado de determinado assunto. Então, os cientistas leem apenas um número limitado de revistas, escolhidas por critérios e preferências pessoais. Também é possível que um artigo não lido na íntegra seja citado por um autor apressado. Um erro cometido rende, habitualmente, muitas citações por cientistas que não deixarão de apontá-lo. Os contadores de citações não levam em consideração se elas têm um caráter de aceitação, ou corretivo. A avaliação por contagem de citações, em decorrência, carece de significado.

E quanto aos critérios de aprovação para a publicação? Os editores das revistas, normalmente, encaminham o artigo submetido a um cientista da mesma área de pesquisa. Um pesquisador, líder, porém, nem sempre estará disposto a gastar seu tempo na análise de trabalhos alheios, e talvez delegue a avaliação a alunos seus, ávidos de demonstrar competência. Ainda: será que convites a editores para proferirem conferências plenárias em encontro científico realizado em locais turísticos de primeira linha, eventos frequentes, não atenuariam o rigor da arbitragem?

E o que dizer de artigos que se refiram a problemas específicos do país e que teriam por alvo o leitor brasileiro? Por que não deveriam ser publicados em português?

O produtivismo é usado como

“argumento” para dificultar ou mesmo impedir as demandas de significativos segmentos da sociedade brasileira: as cotas raciais e sociais. Um elitismo néscio — mistura mal disfarçada de preconceito racial e de classe — alega que uma resposta positiva da parte da universidade às demandas conduziria a perda de qualidade e de prestígio, embora até o presente os indícios sejam de que as cotas, onde implantadas, não trouxeram problemas dessa natureza.

Um esnobismo acadêmico da parte de cientistas e de burocratas da ciência levou a Academia Brasileira de Ciências (ABC) a emitir um documento recomendando que nos concursos ao cargo de professor titular não seja levada em conta a atividade prévia do candidato em sua instituição. Provavelmente, para facilitar o sucesso de cientistas estrangeiros. Ter lutado e vencido dificuldades, por exemplo, durante o governo militar, que limitou drasticamente a importação de equipamentos de laboratórios, e levado para a frente a universidade, na opinião da ABC não deve contar como mérito num concurso. O que importa é *paper*.

O “paperismo”, contudo, é apenas um aspecto imposto pelos produtivistas, muitos dos quais não possuem um elenco de realizações científicas melhores e maior número de artigos do que aqueles a quem eles querem sub-

Um pesquisador líder nem sempre estará disposto a gastar seu tempo na análise de trabalhos alheios, talvez delegue a avaliação a alunos. E que dizer de artigos que se refiram a problemas específicos do país? Por que razão não deveriam ser publicados em português?

meter a avaliações. Muitos deles, aliás, já não passam de burocratas. Grupos de elogios recíprocos os sustentam, e o rodopiar de cargo em cargo dificulta a renovação e, conseqüentemente, desfavorece qualquer inovação. Uma mídia preguiçosa consulta, entrevista sempre os mesmos e, em consequência, ouve sempre as mesmas opiniões, os mesmos palpites. O debate sobre a universidade mantém-se pobre e, na falta de melhor, reduz-se à mais ou menos sutil introdução dos interesses do ensino superior privado. Setor para o qual um ensino superior público e de qualidade constitui uma inconveniência — visto que na busca do lucro substituem, quando possível, o custoso convívio do estudante com os professores de tempo integral (e dedicação exclusiva) por econômicas aulas gravadas e reproduzidas em razão da “moderna” técnica do “ensino a distância”, dispensando o docente.

Além da obsessão que substitui a qualidade pela quantidade, a avaliação dos professores inclui itens que não dependem dele. Por exemplo, pedidos de bolsa para alunos que com ele queiram trabalhar, visando um mestrado ou doutorado; verbas para a aquisição de equipamento de pesquisa, auxílio para montar laboratório; financiamento de viagens junto aos órgãos financiadores. O atendimento depende quase que decisivamente do parecer de assessores *ad hoc*, cuja identidade é mantida em

segredo. É o assessor anônimo, ou mais corretamente, assessor “oculto”, pois nomes eles têm. A favor do anonimato são usados dois argumentos, discutíveis. Um, que “em todas as partes do mundo é assim”. É a falácia da “prática comum”: a defesa com base em que, se todo mundo age de uma dada maneira, então tal prática é válida. Omitem-se a análise e a crítica. Dois, que o anonimato do assessor garante uma avaliação isenta, visto que ele não temerá represálias e conflitos pessoais no caso de uma recomendação desfavorável. Parte-se do pressuposto de que os cientistas sejam incapazes de manter a objetividade ao analisar projetos de seus pares em procedimento aberto e que os solicitantes não consigam avaliar objetivamente uma análise parcial ou inteiramente desfavorável a suas pretensões. Ora, na hipótese de os cientistas não conseguirem atuar objetivamente em procedimentos transparentes, não é razoável supor que serão objetivos e isentos em assessorias às escondidas. Expectativa e esperança que carecem de lógica. O segredo é solo fértil para a manifestação das fraquezas humanas das quais nem todo cientista escapa, por um lado, e o surgimento de boataria infundável, por outro. É aceitável, ético e lógico avaliar pessoas em coisas que escapam ao seu domínio e cujo resultado dependa de assessores ocultos?

Quaisquer que tenham sido as

motivações da elaboração da lista em que “só” dar aulas é ser improdutivo na universidade — originadas de boa-fé, de interesses eleitoreiros ou de mera pirraça — ela deu início a um processo de puro terrorismo, metas como calar a liberdade acadêmica, calar contestações e propostas que não sejam do interesse do pequeno e mesquinho poder que cada vez mais domina nossas instituições. Embora em entrevista o Magnífico Reitor tenha se jactado — “Nunca fiquei abalado com as críticas que foram feitas, de que eu tinha introduzido um regime de terror dentro da USP com a lista dos ‘improdutivos’ e, mesmo que tivesse, teria sido um ‘terror salutar’” (Shozo Motoyama, org., *USP 70 anos – Imagens de uma História Viva*, Edusp, 2006, p. 241), a verdade é que o estresse, o conflito, a insegurança, todos fatores antagônicos à criatividade e inovação, alastraram-se pela universidade. E o produtivismo, eficaz instrumento do poder mesquinho, está dando origem a instâncias administrativas cada vez mais tendentes à criação de conflitos do que à solução deles.

Urge, pois, com o abandono do “terror salutar”, a volta da plena liberdade acadêmica e do espírito de universo amplo – isto é, do Professor Universitário (com “P” e “U” maiúsculos) – e com isso retornarão a criatividade, a capacidade de inovar, a crítica construtiva... num ambiente sadio, colaborativo e sereno.

A verdade é que o estresse, o conflito, a insegurança, todos fatores antagônicos à criatividade e à inovação, alastraram-se pela USP. O produtivismo dá origem a instâncias administrativas cada vez mais tendentes à criação de conflitos do que à solução deles